



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANGÉLICA PEREIRA DE FARIAS

**CATOLICISMO E ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PADRES NA PARAÍBA
OITOCENTISTA – UMA LEITURA COMPARATIVA DA HISTORIOGRAFIA**

**CAMPINA GRANDE
2018**

ANGÉLICA PEREIRA DE FARIAS

**CATOLICISMO E ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PADRES NA PARAÍBA
OITOCENTISTA – UMA LEITURA COMPARATIVA DA HISTORIOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em História.

Área de concentração: História.

Orientador: Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro.

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F224c Farias, Angelica Pereira de.
Catolicismo e atuação política dos padres na Paraíba Oitocentista [manuscrito] : uma leitura comparativa da historiografia / Angelica Pereira de Farias. - 2018.
38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Igreja Católica. 2. Insurreições. 3. Paraíba oitocentista.
4. Historiografia.

21. ed. CDD 907.2

ANGÉLICA PEREIRA DE FARIAS

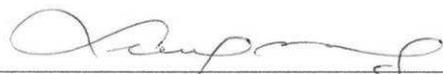
**CATOLICISMO E ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PADRES NA PARAÍBA
OITOCENTISTA – UMA LEITURA COMPARATIVA DA HISTORIOGRAFIA**

Monografia apresentada perante banca
examinadora como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em História
pela Universidade Estadual da Paraíba.

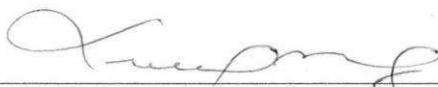
Área de concentração: História e Narrativa.

Aprovada em: 19/06/2018

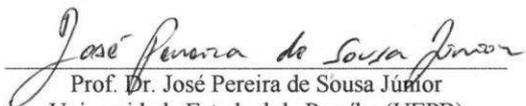
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora



Prof. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora



Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinador

AGRADECIMENTOS

À professora Luíra pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos meus pais Antônio e Maria por todo esforço, ajuda e compreensão ao longo de minha formação.

À Maria Leonilde por toda paciência e ajuda na conclusão deste trabalho.

Ao meu noivo Lucas pelo seu amor e companheirismo mesmo nas horas que tudo parecia impossível, você me mostrou o contrário.

Ao meu amigo Antônio, que é mais que um amigo, é um irmão para toda vida, que sempre esteve ao meu lado me aconselhando e confortando.

Ao meu querido ex-professor Walber por ter acreditado em mim e despertado o prazer pela História.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, que contribuíram, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio, me ajudando a evoluir academicamente e socialmente.

RESUMO

O presente trabalho visa realizar uma análise da atuação clerical em movimentos sociais ocorridos na Paraíba durante a segunda metade do século XIX. Através de uma pesquisa bibliográfica submetida a uma leitura comparativa de um conjunto de fontes que retratam sobre o catolicismo e a atuação política dos padres no período oitocentista. Para tanto, esta pesquisa analisará os aspectos do envolvimento e transformações da Igreja Católica no século XIX; as insatisfações populares e movimentos sociais no Norte, atualmente Nordeste e por fim, o clero liberal e sua participação nas insurreições da Paraíba, especificamente durante as revoltas de Quebra-Quilos e Ronco da Abelha. Embora com menor influência, analisaremos como Igreja Católica transitou entre a religiosidade e a política, onde por muitas vezes abandonou seu ideal original para assumir um papel mais influenciador em outras esferas sociais e aproveitando do distanciamento entre as autoridades e o povo. Analisaremos também como a mesma conseguiu manipular a população a favor de seus interesses particulares.

Palavras-Chave: Igreja Católica. Insurreições. Paraíba Oitocentista. Sócio-política.

ABSTRACT

The present work aims to perform an analysis of the clerical performance in social movements occurred in Paraíba during the second half of the XIX century. Through a bibliographical research submitted to a comparative reading of a set of sources that portray the catholicism and the political action of the fathers in the nineteenth century. To do so, this research will analyze the aspects of the involvement and transformations of the Catholic Church in the XIX century; popular dissatisfaction and social movements in the North, actual Northeast and finally, the liberal clergy and their participation in the insurrections of Paraíba, specifically during the rebellions in Quebra-Quilos and Ronco da Abelha. Although with less influence, we will analyze how the Catholic Church transited between religiosity and policy, where it often abandoned the original ideal in order to assume a more influential role in other social spheres and taking advantage of the distance between authorities and the people. We will also analyze how it managed to manipulate the population in favor of their particular interests.

Keywords: Catholic Church. Insurrections. Nineteenth Paraíba. Social policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 A IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DO BRASIL OITOCENTISTA.....	09
2 NORDESTE: INSATISFAÇÕES POPULARES E MOVIMENTOS SOCIAIS.	17
2.1 FAZENDO ZOADA, BUSCANDO DIREITOS	21
2.2 ESSE TAL DE “QUEBRA-QUILOS”	23
2.3 QUANDO AS MULHERES LUTARAM EM DEFESA DOS HOMENS	25
3 O CLERO LIBERAL E AS INSURREIÇÕES NA PARAÍBA	27
3.1 O CLERO E O RONCO DA ABELHA	27
3.2 O CLERO E O QUEBRA-QUILOS	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica está presente na história brasileira desde a chegada dos portugueses, contribuindo para a formação cultural, artística, social e administrativa do país. Ainda no começo do século XXI, dentre as religiões professadas pela população brasileira, o Catolicismo continua a ter o maior número de seguidores entre os habitantes do país. Tal predominância é decorrente da presença da Igreja Católica em toda a formação histórica brasileira.

A chegada de membros do clero católico ao território brasileiro foi simultânea ao processo de conquista das terras do Brasil, já que o reino português tinha estreitas relações com a Igreja Católica Apostólica Romana. Esta ligação levou o clero brasileiro a se envolver politicamente nas questões sociais, o que não era bem visto perante os olhos dos líderes políticos e religiosos. A presença da Igreja Católica começou a se intensificar a partir de 1549 com a chegada dos jesuítas da Companhia de Jesus, que formaram vilas e cidades, cujo caso mais célebre é a cidade de São Paulo.

Nossa pesquisa parte de uma questão: como a atuação clerical foi narrada pelos historiadores que exploraram o tema. No intuito de realizar a análise proposta, trabalharemos com as obras de KITAGAWA (2013), GUIMEIRO (2013), FERNANDES (2008), MAIOR (1978), MELLO (2011), ALVES (1979), SOUZA (2013), MONTEIRO (1987), JOFFYLI (1977), SILVA (2012), AGUIAR e BURITI (2009). Tentaremos dialogar com tais autores, num ensaio de uma análise historiográfica sobre a participação do clero nos movimentos sociais oitocentistas, ocorridos na Paraíba.

A motivação para este estudo deu-se pela observação da transição da Igreja Católica entre religiosidade e política durante o período Oitocentista, o qual foi palco de diversas mudanças sociais.

Vários outros grupos de clérigos católicos vieram também à colônia portuguesa com a missão principal de evangelizar os indígenas, como as ordens dos franciscanos e dos carmelitas levando a eles a doutrina cristã. Esse processo se interligou às próprias necessidades dos interesses mercantis e políticos europeus no Brasil como base ideológica da conquista e colonização das novas terras. As consequências foram o acultramento das populações indígenas e os esforços no sentido de disciplinar, de acordo com os preceitos cristãos europeus, a população que aqui habitava, principalmente através de ações educacionais.

As relações entre a Igreja Católica e o Estado português foram estreitas no Brasil tanto na colônia quanto no Império, pois além de garantir a disciplina social dentro de certos limites, a igreja também executava tarefas administrativas que hoje são atribuições do Estado. Exemplos são o registro de nascimentos, mortes e casamentos. A mesma contribuiu ainda com a manutenção de hospitais, principalmente as Santas Casas. Em contrapartida, o Estado nomeava bispos e párocos, além de conceder licenças à construção de novas igrejas.

O cenário mudou com a nomeação do Marquês de Pombal, que afastou a influência da Igreja Católica da administração do Estado. Após sua morte, os laços voltaram a se estreitar, perpassando por todo o período imperial brasileiro no século XIX. Com a proclamação da República em 1889, houve a separação formal entre Estado e Igreja Católica, mas sua presença continuou ainda viva, como comprova a existência de várias festas e feriados nacionais. Contrariamente às diretrizes da direção da igreja, vários grupos religiosos atuaram politicamente lutando pelas melhorias das condições de vida da população explorada do país.

1. A IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DO BRASIL OITOCENTISTA

Abordar religião no Brasil oitocentista é discutir também política. Este período é marcado pela união entre Igreja e Estado que ficou conhecida como regime de padroado. Este cenário pressupunha a união entre o poder temporal e espiritual, em que o governo deveria ficar responsável pela manutenção da Igreja e ela deveria submeter-se ao Estado. Neste regime, a relação entre a Igreja Católica e Roma era praticamente nula, ficando sob a responsabilidade do governo a interferência nos assuntos religiosos.

Dessa forma, fica claro que mudanças importantes modificaram a sociedade brasileira no século XIX, mais precisamente na instituição da Igreja Católica. O enfraquecimento de sua força causado pelo liberalismo, a dependência do padroado junto com sua má situação interna e a maior participação popular tornaram sua atuação desorganizada e mais improvisada.

No século XIX, o catolicismo brasileiro encontrava-se dividido entre o catolicismo oficial e o catolicismo popular. Segundo o autor,

O catolicismo popular ajudou a introdução do protestantismo no Brasil e religiões de matrizes africanas. O catolicismo oficial tinha sua hierarquia constituída e o clero. O catolicismo popular era mais vinculado ao culto familiar, oratórios, santos populares, romarias, festas, imagens, superstições e etc. (Kitagawa, 2013, p.4 – 5).

O clero brasileiro se torna então mais tolerante à outras religiões, como por exemplo, o Protestantismo. Enquanto dedicavam seu tempo à política e a atividades pastorais, os poucos padres que se tinham não estavam totalmente ligados e dedicados às questões religiosas. Tais características são causa da maneira precária pela qual foi conduzida a Reforma Tridentina no país.

A Reforma Tridentina tem origem no Concílio de Trento¹, também conhecida como Contra Reforma ou Reforma Católica. Foi um esforço ingente contra as críticas de protestantes e demais opositores, em consertar, modificar e adaptar a Igreja Católica aos novos tempos.

Segundo Silva (2012, p. 121),

¹Concílio é o mesmo que conselho e se trata de uma reunião de cunho religioso. Tecnicamente o Concílio de Trento foi o 13º concílio da Igreja Católica e era chamado de Concílio Ecumênico. Ocorreu entre os anos de 1546 a 1563. Convocado pelo Papa Paulo III, em 1546, reuniu-se no Tirol italiano, na cidade de Trento. Também foi guiado por outros Papas, Júlio III, Paulo IV, Pio V, Gregório XIII e Sisto V, com a duração de 18 anos e concluindo seu trabalho somente em 1563. Foram realizadas 25 sessões plenárias, em três períodos diferentes (de 1545 a 1547; de 1551 a 1552; e de 1562 a 1563), quando todas essas sessões foram solenemente promulgadas em sessão pública.

Adquirindo costumes da sociedade e contendo infrações como, o não uso do habito sacerdotal, participação em festas profanas, amasiando-se, criando filhos, se tornaram mais aptos a transformarem-se em líderes populares, pois viviam os medos e anseios da sociedade. Nos territórios longe dos centros de autoridades políticas e religiosas, a atuação do clero era de grande poder e autonomia tendo apoio da família e fiéis, e interferia nos negócios da justiça, criando uma legislação.

Isso fez com que diversas queixas e denúncias fossem feitas por autoridades maiores. Mesmo assim, o Estado não poderia dispensar a Igreja por muitos motivos, um deles seria a estrutura administrativa e burocrática, pois era um ótimo sistema de documentação local.

A visão que se tinha desses padres era de homens violentos e de negócios, “políticos, brigadores, possuidores de bens e dedicação a atividades econômicas, favorecendo-se de novos espaços de representação política e disputando cargos em destaque” (SILVA, 2012, p. 128). Por muitas vezes, eles negavam atendimento espiritual, a realização de missas e preferiam cuidar de negócios particulares. Dessa forma, podemos entender que os padres estavam inseridos na sociedade de forma multidimensional em diversas áreas como a cultura, a política, a economia e a religião. Os padres então também têm contradições, dilemas, tensões e realizações bem explícitas.

Kitagawa diz que a Igreja Católica no Brasil Oitocentista se encontrava muito atrasada (2013, p.6). Havia aspectos da religião católica na Europa em 1500 que eram encontrados no Brasil em 1840 como, por exemplo, “reclamações de autonomia para as Igrejas nacionais, desprestígio do clero, esvaziamento da Igreja, devoções populares e interesse pela leitura da Bíblia” (KITAGAWA, 2013, p. 6). Segundo o autor, a religião católica no Brasil Oitocentista era observada na Europa de forma negativa.

As ordens religiosas desenvolveram modelos próprios de seguimento do evangelho sobre como viver e propagar a sua fé, como por exemplo, os jesuítas carmelitas que contribuíram para esta reforma da Igreja Católica no Brasil. Novas ordens religiosas chegaram ao Brasil seis décadas depois, devido à anexação de Portugal e Espanha. O objetivo principal dessas ordens era expandir suas áreas de atuação e suas obras em novos territórios e responder a solicitação dos habitantes locais. Também houveram surgimentos de ordens terceiras² no

²As Ordens terceiras são associações de leigos católicos vinculadas às tradicionais ordens religiosas medievais, em particular às dos franciscanos, carmelitas e dominicanos. Reúnem-se em torno à devoção de seu santo padroeiro. Espalharam-se pela América através dos colonizadores, o que foi um elemento importante na vida social da América portuguesa e espanhola. Formada por homens e mulheres casados ou celibatários, que vivem em suas casas e se dedicam a seus trabalhos profissionais; e também formam parte desta Ordem outras pessoas e outros grupos que, desejosos de maior perfeição evangélica, se retiram para viver como eremitas ou vivem em fraternidades dedicadas a assistir os doentes e peregrinos.

Brasil veiculadas às primeiras (monges ou frades). Sua principal função era promover e definir uma determinada devoção.

A ordem dos Jesuítas foi a primeira ordem religiosa permanente no Brasil. Nela, haviam três campos específicos de atuação: missionário, educativo e pastoral. Os jesuítas também tiveram importante participação na formação de grandes cidades brasileiras como em Salvador, na Bahia, Santa Catarina e no Ceará. Entretanto, em sua volta para o Brasil foram acusados por padres regalistas³ de estarem clandestinamente no país.

Após os jesuítas, outras ordens religiosas chegaram ao Brasil no período Oitocentista. Entre esses estavam os dominicanos e os Padres pregadores⁴. Segundo Gumieiro,

Dominicanos, vindos da França em 1881 são estabelecidos em Uberaba Minas Gerais tendo um trabalho voltado para grandes incursões de missões populares, sempre cumprindo o rigor sacramental, base de sua espiritualidade. Salesianos que chegaram ao Brasil em 1883 e foram estabelecidos em Niterói. Vicentinos ou lazaristas que chegaram em 1819 e lutaram contra as revoluções liberais e resolveram conflitos internos da Igreja Católica no Brasil. (GUMIEIRO, 2013, p. 73 – 75).

Na segunda metade do século XIX, aconteceu um declínio de ordens religiosas. Algumas causas são segundo GUMIEIRO, “a não contribuição do Estado, os conventos perdendo a disciplina e obediência, aspectos da vida mundana fazendo parte de seus cotidianos, e a não correção das infrações cometidas” (2013, p. 71). Essas causas interferiam nesse declínio de forma negativa, fazendo a religião não ser levada a sério e como algo prioritário. O Estado não ajudava financeiramente a manter as ordens religiosas, as regras dos conventos não eram levadas a sério nem por seus moradores fazendo assim os aspectos da vida mundana fazer parte de seu cotidiano e sendo normalizadas sem as correções destes erros.

No século XIX também houve uma discussão entre as antigas ordens e as dioceses⁵ locais. Essas discussões contribuíram para que novas ordens ingressassem no Brasil.

³Padres que defende direito de interferência do chefe de estado em assuntos internos da Igreja Católica. A suspensão da Companhia de Jesus: episódio-chave de sua ação nas fronteiras da fé.

⁴A Ordem dos Pregadores, também conhecida por Ordem de São Domingos ou Ordem Dominicana, é uma ordem religiosa católica que tem como objetivo a pregação da palavra e mensagem de Jesus Cristo e a conversão ao cristianismo. Fundada em Toulouse, França, em 22 de Dezembro de 1216 por São Domingos de Gusmão, um sacerdote castelhano (atual Espanha). Os dominicanos não são monges, mas sim frades: Professam voto de obediência (a Deus, à Bem-Aventurada Virgem Maria, a São Domingos, ao Mestre Geral e às leis dos irmãos pregadores). Neste voto, estão incluídas a pobreza e a castidade. Vivem em comunidade, em conventos, que são implantados tradicionalmente nas cidades. Para além dos frades-padres, existem também os frades cooperadores, que embora não sendo ordenados, comungam inteiramente da missão da ordem

Durante o século XIX, devido os grandes embates entre diversos setores ligados à Igreja Católica no Brasil, as antigas ordens remanescentes do período colonial não aceitavam exercer suas funções religiosas em conformidade com as dioceses locais, o que causou algumas discussões públicas entre bispos e regulares. [...] as antigas ordens, como as carmelitas, já terem se integrado ao sistema regalista e simplesmente não aceitavam novas ordens, enquanto a segunda estava diretamente ligada ao fracasso da tentativa reformista. (GUMIEIRO, 2013, p. 73).

Apesar disso, houve uma mistura de elementos da antiga ordem e de elementos nacionais modernos, da mentalidade cristã e do racionalismo secular. Um novo espírito religioso e eclesial pareceu ter contagiado as antigas ordens e deu início a um importante processo de renovação e reorganização religiosa no país. A separação que ocorreu entre Igreja e Estado não interferiu na participação ativa do clero e não substituiu a fé por razão ou religião por ideologias nacionais.

No período do Brasil Colônia e do Brasil Império (1500 a 1889) o catolicismo era a religião oficial do Estado Brasileiro em decorrência da herança recebida de Portugal que firmara com a Sé da Igreja Católica em Roma a Lei do Padroado. Por esta Lei eram reguladas as relações entre Lisboa e o Pontificado Romano. Não era comum que Estado interferisse nos assuntos da Igreja, mas em 1855 foram cassadas as licenças de novos noviços.

Tentou-se enviar jovens brasileiros para estudar no exterior e voltassem para o Brasil para exercer suas funções religiosas, mas logo o governo imperial descobriu e proibiu. Um dos motivos para as proibições era a anexação dos bens religiosos ao poder público. (GUMIEIRO, 2013, p. 72).

A partir do século XVIII, a religião já passava a ser vista como interpretação da vida e não interferia tanto na esfera pública, perdendo assim o poder de influência direta em diversas áreas da política, administração de órgãos públicos (escolas, hospitais e orfanatos) e na legalização do divórcio e casamento civil. No Brasil o catolicismo é aceito e praticado por quase todos, servindo como elo entre diferentes grupos sociais.

⁵Os bispos católicos são os sucessores dos apóstolos, recebendo com a ordenação episcopal a missão de santificar, ensinar e governar, a eles confiada no âmbito de uma circunscrição definida (diocese, arquidiocese ou prelazia). O episcopado é o último e supremo grau do Sacramento da Ordem. O bispo é também a autoridade máxima da Igreja particular local em jurisdição e magistério. Aos bispos compete ministrar o Sacramento da Ordem de modo exclusivo e também, na Igreja Latina, o Sacramento da Crisma. Ordenar presbíteros e diáconos, bem como conferir ministérios são funções exclusivas do bispo. Os clérigos regulares são os clérigos da igreja que se dedicam à pregação, à administração dos sacramentos, à educação dos jovens e a outras obras pastorais. Ao mesmo tempo, são religiosos nos mais estritos sentidos da palavra, proferindo votos solenes e vivendo a vida comunitária de acordo com uma regra aprovada pela Santa Sé.

Para tentar manter sua influência na vida das pessoas, retomando sua autoridade junto aos fiéis e assim evitar o avanço das novas profissões de fé bem como das ideias de modernidade, - como a liberdade de consciência e a separação entre a Igreja e o Estado-, a Igreja Católica lançou mão do Ultramontanismo⁶ que:

Foi uma reação da Igreja Católica contra às mudanças ocorridas na sociedade com a ajuda das correntes de pensadores. Ela acusava tais mudanças de ser um perigo para a salvação das almas, pois as pessoas pensavam por si só, não seguindo os preceitos religiosos. (SOUZA, 2013, p. 58).

O Ultramontanismo era há um só tempo uma organização e uma doutrina que defendia o pleno poder papal. Nas primeiras décadas do século XIX, devido à frequentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência do Estado, garantido assim mais poderes ao papa. O Ultramontanismo passou a ser referência para os católicos de diversos países mesmo que isso significasse um distanciamento dos interesses políticos e culturais. Ele aparece então como uma reação ao mundo moderno e como uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano. Em fechamento sobre si, foi uma recusa do contato com o mundo moderno.

Outro movimento que surgiu a favor da Igreja foi o Galicanismo. Ele surgiu como um movimento originado na França em 1682 que defendia a independência administrativa da Igreja Católica romana de cada país com relação ao controle papal. Entre 1828 e 1830, este movimento ocasionou diversas restrições ao financiamento das ordens religiosas no Brasil.

Interditaram a entrada de religiosos estrangeiros no território do Império, proibiram a criação de novas ordens, expulsaram religiosos e congregações que obedeciam a superiores não residentes no Brasil, os Beneditos e as Carmelitas não podiam aceitar noviços, ordens desapareciam e suas propriedades eram incorporadas ao patrimônio nacional. (ALVES, 1979, p. 28).

⁶ Do latim *ultramontanus*. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. a partir do reinado de Filipe, o Belo (século XIV) na França, quando postularam os princípios do galicanismo, no qual defendiam o princípio da autonomia da Igreja francesa. O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal e aplicavam o termo aos partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da “cabeça” da Igreja (o papa), que residia “além dos montes”. O ultramontanismo defende portanto o pleno poder papal.

Outro processo de esforço da Igreja em sobreviver às transformações da sociedade moderna foi a romanização que ocorreu no período de 1840 e 1962. Nesse período o clero privilegiava os sacramentos e a irmandade, contribuindo para a devoção dos santos. O governo decidia quais seminaristas iam estudar na Europa e como se dava a ordenação dos padres e suspensão dos pagamentos dos professores dos seminários, por exemplo. A ordem de São Vicente de Paulo trouxe para o Brasil uma reforma religiosa que afastou os padres da política dando ênfase às missões, deixando a Igreja com novas roupagens.

Para SOUZA (2013, p. 59),

A Igreja buscou maior autonomia através da romanização. Isso provocou uma crise divisória entre quem apoiava a união entre Igreja e Estado e os que eram contra. A Igreja também apostou na atuação social que seria a administração de órgãos públicos, mas foi fortemente questionada.

Em 1800 houve a reforma dos cursos de Teologia nos seminários de Olinda que eram um dos únicos estabelecimentos de ensino secundário do Nordeste conhecido como “viveiro de políticos e revolucionários leigos ou clericais” (ALVES, 1979, p. 27). Com a Igreja sob a tutela do Estado, houve numerosos decretos e leis, promulgados para determinar a intervenção do Estado nos negócios religiosos.

Em 1822, existiam sete dioceses no Brasil, sendo que duas ligadas diretamente ao arcebispo de Lisboa. Os padres políticos apesar de estarem de certa forma ligados com o Estado, não manifestavam atitudes frias com a Igreja, porém segundo Alves (1979, p. 26), “Pe. Diogo Feijó ministro da justiça, regente do Império, foi o formulador da política religiosa, fazendo a Igreja definir e praticamente desaparecer”. Muitos historiadores possuem essa visão de Feijó devido a situações tensas entre ele e a Igreja. Uma delas seria que ele opinava contra o celibato.

Entre 1824 e 1829, a legislação tudo fez para “enquadrar” a vida religiosa e clerical segundo as conveniências da Coroa. Isso se manifestou em diversas ocasiões: no ano de 1827 o Governo declarou que o padroado era “um direito próprio do príncipe civil” e não uma concessão do Sumo Pontífice, ao que se seguiu um conjunto de medidas em que os referidos “direitos” imperiais sempre prevaleciam. Assim, a validade das bulas pontificias ficou subordinada ao querer do Trono, a economia das ordens religiosas sofreu intervenção, e algumas delas acabaram inclusive sendo suprimidas. As medidas mais drásticas contra os regulares começaram a se concretizar em 1824, com a supressão dos Agostinianos da Bahia, seguida da dos Carmelitas descalços e dos Capuchinhos em 1828.

Com a crise entre a Igreja e o Estado em 1850, Pedro II começou a escolher para bispos homens disciplinados, comprometidos e inclinados ao Ultramontanismo. Então, o Senador Nabuco d' Araújo, em 1854, propôs a reforma das ordens religiosas:

(...) foi realizada. Porém trinta e quatro anos mais tarde, houve a proibição das ordens em aceitar novos noviços sem consentimento do governo, dessa forma havendo a extinção das ordens ao longo prazo. (ALVES, 1979, p. 29).

Em 1855 ocorreu a proibição da abertura de seminários por ordens religiosas no Brasil. Essa medida foi justificada em nome da moral católica, uma vez que Roma não podia ajudar a Igreja brasileira no século XIX, por motivo de ocupação com o movimento de unificação da Itália, luta contra últimos vestígios de feudalismo e o Brasil era longe demais da Europa, já alertara ALVES (1979, p. 29). Assim os interesses do catolicismo no Brasil ficaram nas mãos dos políticos locais.

No final do século XIX, ocorreu um conflito entre Igreja e Estado pela posse de poder na sociedade, ambos vistos como obstáculo do progresso. Essa visão ficou conhecida como geração de 1870.

Grupos de intelectuais influenciados por correntes de pensamentos defensores de novas ideias (cientificismo, positivismo, spencerianismo, darwinismo, liberalismo), eles criticavam os governantes e influência do catolicismo romano dentro da sociedade brasileira (ALVES, 2013, p. 51 – 52).

Os conflitos não ficaram relegados apenas ao plano religioso. Durante o período Regencial, muitas revoltas ocorreram entre os políticos que estavam do lado da elite e aqueles que defendiam os grandes proprietários. Havendo dois partidos nacionais; liberal e conservadores, o liberal estava sempre em oposição às forças conservadoras, os embates acabavam envolvendo a esfera religiosa e política. Assim, o ano de 1870 foi um período de conflitos no Brasil por divergências entre o catolicismo e sua relação com o Estado.

O ano de 1872 foi o início da grande crise entre a Igreja e o Estado. Foi também o ano de fundação de São Vicente de Paulo no Rio de Janeiro, por Visconde d' Azevedo, que tinha como objetivo ajudar os pobres com obras de caridade, hospitais, asilos, centros médicos, vilas populares, colônias agro-educativas.

Mesmo com a crise que marcava o relacionamento entre religião e política, a Igreja continuava muito presente na vida dos brasileiros, atuando em muitas situações como substituta do Estado, atendendo as necessidades do povo.

Em 1875, se deu o fim da questão religiosa com o acordo de Duque de Caxias. Por meio deste, o imperador anistiu os bispos e a Santa Sé publicou uma carta incriminando-os de moderação com as irmandades.

No período de 1880 até 1960, foram fundados no Brasil duzentos e vinte seminários que pretendiam segundo Fernandes (2008, p. 212),

Mais a separação entre Igreja e o mundo. O nacionalismo manifestado através de insurreições em surgimento em diferentes ordens e seminários contra a imposição dos hábitos europeus. A não punição para padres e seminaristas na Igreja, encorajava comportamentos desviantes muitas vezes ligados ao celibato, por exemplo.

Não houve espera pela constituição na separação entre Igreja e Estado e em 1890 ficou estabelecido um decreto que proibia o governo de legislar sobre a religião e assegurava todas as confissões religiosas o exercício do culto a liberdade de crença. Novas leis surgiram neste ano fazendo com que a Igreja teoricamente fosse neutra sobre os regimes políticos.

No fim do Império houve uma grande diminuição do poder secular no Brasil: apenas doze dioceses, algumas centenas de padres seculares, ordens beneditinas e franciscanas quase despovoadas, quinze seminários sobreviventes graças aos esforços de estrangeiros, dois colégios jesuítas e a ausência de instituições educativas femininas. (ALVES, 1979, p. 34).

Na constituição de 1891 houve um preço pago pela libertação do Estado, onde ocorreu o banimento do ensino religioso das escolas públicas e a proibição do Estado de subvencionar a religião, o qual não sustentava mais os eclesiásticos.

2. NORDESTE⁷: INSATISFAÇÕES POPULARES E MOVIMENTOS SOCIAIS

A formação da sociedade nordestina teve sua origem a partir da posse de terra, fator determinante para o surgimento de diversos grupos que tinham na propriedade rural a base de sua sobrevivência, riqueza e status social. A posse da terra nessa região brasileira se deu com as doações sesmarias, assim como ocorreu em outras regiões.

De acordo com Joffily (1977, p. 14):

Os primeiros habitantes dos brejos deviam ter sido os agregados dos fazendeiros do sertão, que ali faziam plantar lavoura para mais fácil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que os acompanhavam como soldados. É por isso que as primeiras sesmarias foram por eles requeridas no sertão, porque tinham necessidade de terras para criar seus gados, e nos brejos para plantar lavouras a fim de suprirem suas fazendas.

Assim, tanto a economia quanto a organização social tinham como base de sustentação a propriedade rural.

É importante salientar que a distribuição de terras no Brasil não foi igualitária. A esse respeito podemos destacar o que alega Monteiro (1987, p. 12):

A desigual distribuição da terra iria dicotomizar a população rural na medida em que um número reduzido teria acesso a ela como proprietário ou arrendatário e uma grande massa progressivamente aumentada, por força mesmo do crescimento natural, teria de ser contentar com a condição de moradores ou então perambular de propriedade em propriedade como jornaleiro.

A concentração de terras nas mãos de poucos não ditava apenas as regras das relações sociais, mas determinava o lugar de destaque e importância que o indivíduo possuía na sociedade como um todo.

Nessa sociedade, organizada em torno da propriedade rural, praticamente não existia mobilidade social. A maneira como a doação de terras ocorria impedia qualquer tentativa dos menos afortunados de mudarem de classe social.

Em torno desses dois grupos distintos agregavam-se tipos sociais que realizavam diferentes atividades tanto no campo quanto nas cidades. Estas por sua vez, abrigavam uma pequena classe média que embora não estivesse totalmente ligada ao meio rural, sentia os

⁷Termo usando referindo-se ao Norte, que seria o nome utilizado no século XIX, o termo Nordeste só foi cunhado no século XX, quando foram organizadas as regiões do Brasil.

efeitos de qualquer adversidade provinda desse território. Segundo Aguiar e Buriti (2009), a cultura da população rural se relacionava e interagia com a natureza.

Nesse contexto de dependência humana em relação à natureza, as atividades econômicas realizavam-se na terra. A criação de animais e atividades agrícolas dependia das condições climáticas e de solo para progredirem. Desse modo, cada território da região (litoral, agreste, sertão) dedicou-se a atividade que se mostrou mais adequada a essas condições naturais.

Segundo Monteiro (1987, p. 11):

Na zona da mata desenvolveu-se a cultura da cana-de-açúcar; no agreste foi dada atenção a pecuária e/ou a cultura do algodão; no sertão a pecuária extensiva teve grande êxito e na região do Maranhão e Piauí houve grande dedicação tanto ao extrativismo vegetal quanto a pecuária.

As atividades econômicas desenvolvidas no campo contribuíram para o surgimento de cidades nordestinas e para o desbravamento do sertão. Um exemplo foi o cultivo do algodão em vários territórios da região, pois este era um artefato que possuía grande valor no mercado internacional e despertou em muitos nordestinos a vontade de obter lucro a partir do cultivo e comercialização desse artigo.

É importante salientar que quem possuía a terra controlava essas atividades. A exploração de um grupo sobre outro sinalizava que a dominação do latifundiário se sentia sobre todas as pessoas que conviviam naquele espaço. Assim, o proprietário rural era detentor do poder político e econômico, vindo a decidir todos os rumos que muitas vidas deveriam seguir.

Como centro de convergência de lutas sociais no Nordeste, fundamentalmente no meio rural, está de fato o coronel. Ele é que, direta ou indiretamente, traçava os rumos do relacionamento social e político. Ele era a célula de todo o sistema. Em suas mãos estava o poder econômico, jurídico, político e pela influência sobre o vigário local, até mesmo determinava os parâmetros da ação religiosa (MONTEIRO, 1987, p. 15).

Assim, os interesses de uma pessoa eram atendidos em detrimento aos de uma grande maioria que ficava sempre a mercê dos poderosos.

A influência do latifundiário ultrapassava os limites de suas terras, fazendo com que a dependência de outras pessoas em torno de si aumentasse. Para algumas pessoas ligadas a ele, o grande proprietário rural era alguém que poderia representá-los, ajudando-as a revolver seus problemas quando na ausência de uma autoridade competente.

O latifundiário muitas vezes se colocava à “disposição” dessas pessoas para resolver questões junto a diferentes instituições. Com seu poder econômico, era mais fácil para ele ter este acesso. Segundo Koster (KOSTER, 2003, p. 295 apud Alves, 2018, p. 8):

O grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos, mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres; o respeito que esses barões exigiam dos moradores das suas terras, (...) a dependência dos camponeses e seus desejos de ficar sob a proteção particular de um indivíduo que seja capaz de livrá-lo de toda opressão e de falar em sua defesa ao governador ou ao juiz, todas essas circunstâncias se combinam para fazer a similitude ainda mais flagrante.

Desta feita percebemos a importância que se dava ao grande proprietário rural, bem como a influência que exercia em diversas esferas da sociedade onde estava inserido. Numa região onde o poder central praticamente não chegava e a presença de uma pessoa capaz de solucionar os problemas era um verdadeiro alívio para os menos afortunados.

Esses senhores estavam habituados a dominar com mãos de ferro, desconsiderando qualquer outra autoridade que a eles ousasse se sobrepuser. Mesmo com a chegada da família real ao Brasil em 1808 e suas tentativas de centralizar o poder, as autoridades locais, isto é, os grandes proprietários de terras, buscaram formas de se manterem como autoridade maior. Para isso acontecer, procuravam manter uma relação harmoniosa com o Estado. O mesmo aplicava-se a quem estava sob seu domínio.

Segundo Monteiro (1987, p. 17), “o coronel entendia o Estado como expressão de seus interesses privados, e este adotava uma política dúbia, mas lógica dentro dos objetivos nacionais”.

Desse modo, o coronel e os representantes do Estado mantinham relações baseadas nos seus interesses e naquilo que pudesse ajudar e favorecer um ao outro, sobretudo no que referente à manutenção da ordem nas capitânias.

Algumas capitânias nordestinas tinham muita coisa em comum, especialmente a da Paraíba e a de Pernambuco que, durante muito tempo, estiveram anexadas política e economicamente. Neste cenário, a capitania pernambucana exercia o comando sob a paraibana, o que prejudicou o desenvolvimento e crescimento desta em muitos aspectos, sobretudo o econômico. Dessa forma a intensa relação de dependência e subordinação da Paraíba em relação a Pernambuco, esta situação perdurou mesmo com o desmembramento das capitânias.

Desta maneira, A Paraíba na primeira metade dos oitocentos, encontrava-se numa decadência econômica tanto por fatores físicos como por medidas políticas e

econômicas. A exemplo da Companhia de Comércio que possuía um exclusivismo econômico que empobrecia os senhores de engenho, deixando-os até mesmo sem mão-de-obra escrava, pois o fornecimento era insuficiente (Melo, 2002, p. 83 apud Alves, 2018, p. 3).

Ainda a esse respeito, podemos citar Medeiros e Sá apud Alves (2018, p. 6) ao apontar que:

[...] a aproximação entre Paraíba e Pernambuco prejudicou o desenvolvimento do comércio paraibano, deixando-a sem recursos para a compra da mão-de-obra escrava. Além disso, os navios negreiros desembarcavam no porto pernambucano o que encarecia ainda mais o escravo. E também toda a produção paraibana devia escoada pelo porto de Pernambuco, outro problema enfrentado pelos produtores.

Nas referidas citações, observamos a ênfase dada às dificuldades da Paraíba em adquirir mão-de-obra escrava. Isso nos faz perceber a importância desta para a realização das atividades produtivas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico da capitania. Portanto, a dependência em torno da mão-de-obra escrava era muito grande.

Ao longo do século XIX muitos outros problemas afetaram as províncias nordestinas. Uma seca severa que assolou a região prejudicou as atividades agrícolas e a pecuária, sustentáculos da economia local.

Além da seca, os produtos agrícolas produzidos nas províncias estavam perdendo espaço junto aos mercados exportadores nacionais e internacionais. O algodão não era mais tão cobiçado, haja vista a concorrência com os EUA fazer a produção brasileira entrar em crise. O fim do tráfico negreiro a partir de 1850 foi outro fator importante para as dificuldades econômicas enfrentadas pelos nordestinos.

Não foram apenas problemas de ordem econômica que sacudiram o Nordeste na segunda metade do século XIX. A concentração de rendas nas mãos dos grandes proprietários e alguns decretos estabelecidos pelo governo imperial acirrou ainda mais os sentimentos já inflamados dos moradores das províncias nordestinas.

Na tentativa de lutar contra as demandas do governo, os nordestinos organizaram alguns movimentos insurrecionais. Eles pretendiam resolver o que não conseguiam legalmente por meio da luta e da desobediência aos aparatos estatais.

Os participantes dos movimentos insurrecionais, descrentes dos aparelhos do Estado, perderam a confiança na reclamação por métodos legais (oficiais), mas ainda não chegaram ao ponto de propor a transformação total (Monteiro, 1987, p. 33).

Na origem desses movimentos, a transformação das províncias não estava plena em todos os sentidos, pois a derrubada do governo imperial e o fim da escravidão eram movimentos muito pontuais. Objetivavam resolver problemas estruturais que de alguma maneira pioravam ainda mais sua condição de vida. Em suma, pretendiam transformar a sociedade local.

Seja no campo ou nas cidades, foram as insurreições que arregimentaram pessoas das diversas províncias nordestinas, inclusive participantes de movimentos ocorridos na primeira metade do século XIX.

Sobre os motivos que levaram a esses movimentos podemos citar Maior (1978, p. 15) que nos diz:

[...] Os presidentes de províncias são nomeados pela corte e os gabinetes ministeriais se revezam sob a vigilância imperial, enquanto uma grande parte de nossa população, escravos e homens livres de baixa renda, na agricultura, que praticamente sustenta a economia nacional estão marginalizados de todo o processo político. Os motins, as revoluções do século XIX no Brasil, desenvolveram-se quase sempre ao largo desses deserdados. As exceções são poucas.

O governo imperial mostrava pouco interesse em governar para todos ou atender aos interesses da maioria da população. Enquanto tentava conviver harmoniosamente com os grandes proprietários rurais, pouca ou nenhuma atenção se deu aos ensaios daqueles que realmente precisavam de seu apoio. Se não possuíam poder econômico e prestígio social, menos ainda tinham direito a participação política.

As tentativas do governo imperial para controlar as insurreições demonstram bem para quem realmente governavam, pois as punições eram direcionadas apenas aos mais pobres.

As principais insurreições ocorridas no Nordeste na segunda metade do século XIX foram: o “Ronco da Abelha” (1851-1852), “O Quebra-Quilos” (1874-1875) e a “Guerra das Mulheres” (1875-1876). Esses três movimentos ocorreram no campo e contaram com vários participantes que se organizaram em várias províncias da região.

2.1 FAZENDO ZOADA, BUSCANDO DIREITOS

O Ronco da Abelha teve como fator determinante dois decretos expedidos pelo governo imperial. Enquanto o decreto 797 determinava que o arrolamento da população para o censo seria feito no dia 15 de julho de 1852, o decreto 798 constava que o registro civil da população a ser feito pelos escrivães dos juízes de paz dos distritos, entraria em rigor “impreterivelmente” em 1º de janeiro de 1852 (Monteiro, 1987, p. 36).

O maior número de participantes do movimento era de Pernambuco. Foi lá também onde os insurgentes agiram com mais violência, atacando vilas e engenhos, fugindo das autoridades e incitando um maior número de pessoas a participarem e lutarem contra o que eles chamavam de “declaração da escravidão”. Tais aspectos estabeleceram a imagem dos decretos 797 e 798.

Segundo Monteiro (1987, p. 22), participaram dessa insurreição além de pernambucanos, paraibanos, alagoanos e ainda alguns moradores das cidades do Ceará e Sergipe, Jiqui e Porto da Folha.

De acordo com Joffily (1977, p. 22), que nomina tais insurreições como “revoltas de matutos”, estes “não se poderiam aperceber a política do Império para maior controle burocrático da população, mas bem sabiam dos riscos a quem ficaram sujeitos com a nova lei”.

Os moradores das províncias acreditavam que os decretos pretendiam forçar todos ao trabalho. Estes consideravam que as medidas eram uma tentativa dos senhores do engenho de dominá-los ainda mais.

Num primeiro momento, a insurreição parecia ser organizada e levada a cabo por aqueles considerados menos prestigiados perante a sociedade: os mais pobres, os sem dinheiro e sem qualquer importância política e social. Assim eram tratados pela correspondência que chegava dos lugares onde ocorriam as insurreições. No entanto, questionou-se se essas pessoas que não tinham acesso aos meios culturais reservados a elite, poderiam compreender o que os decretos estabelecidos pelo governo imperial queriam dizer.

Segundo Stavenhagen (1972; p. 83 apud Monteiro, 1987, p. 39-40), ao analisar a grande propriedade rural de monocultura da América Latina, entende-se que: “A classe dominante muito politizada, na proporção em que o campesinato dominado quase não tem atividades nem participação política”.

Por esse motivo, não é descartada a presença de outros sujeitos politizados conhecedores das artimanhas governamentais, que sabiam exatamente o que queriam. Mesmo assim, não existia entre eles uma liderança ou um chefe capaz de conduzi-los a vitória, o que de certa maneira facilitou a repressão aos revoltosos.

O governo tomou diversas medidas para reprimir o movimento e investigar onde havia começado o “preconceito contra os decretos”; que fossem coibidos da melhor maneira possível na continuação dos eventos, considerando um erro e ainda estabelecendo a presença de alguns religiosos para acalmar os descontentes (Monteiro, 1987, p. 42-43 apud Monteiro, 1980, p. 126).

O movimento conhecido na Paraíba como “Ronco da Abelha”, recebeu o nome de “Movimento dos Marimbondos” em Pernambuco e tinha na figura de Pedro Ivo, herói da Revolução de 1848, a esperança de dias melhores.

Embora tentasse subjugar o movimento, houve uma perseguição implacável das autoridades aos insurrecionais. De tal modo, em 1852 o governo resolve, pelo decreto de 907, suspender a execução dos Registros de Nascimentos e Óbitos e do Censo Geral.

Estando a pouco mais de um ano do início da conciliação, o gabinete conservador, ao que parece, já envolvido pela atmosfera que iria resultar no ministério de 6 de setembro, resolveu conciliar (Monteiro, 1987, p. 44-45).

Com base nisso, afirma-se que as determinações impostas pelo governo imperial foram causa de mais insurreições pelo Nordeste afora.

2.2 ESSE TAL DE “QUEBRA-QUILOS”

O Quebra-Quilos ocorreu entre 1874 e 1875 teve com estopim a cobrança de impostos sobre os moradores da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Os impostos se deram pela nova lei de recrutamento militar e o novo sistema métrico. Essas imposições prejudicaram e enfraqueceram ainda mais a já difícil situação econômica das províncias, haja vista a queda dos preços daqueles que eram os principais gêneros mono culturais exportados (algodão e açúcar) e a perda do mercado mundial.

Sobre o aumento de impostos Monteiro (1987, p. 49), pontua:

[...] a imprensa liberal vê nessas elevações uma forma de transferir para o povo, entre qual, principalmente, os mais afetados seriam a “gente miúda”, a responsabilidade de sustentar a burocracia estatal, ou seja, “para fazer viver na opulência a meia dúzia de ladrões”.

Mais uma vez, um pequeno grupo social se beneficiaria dos frutos de uma grande maioria que não tinha acesso a aquilo que produzia e tinha sua pobreza intensificada para custear as regalias dos já abastados e poderosos.

As imposições do governo imperial não possuíam apenas viés econômico, mas também aqueles que traziam humilhação e vergonha para os nordestinos. Sobre isso citamos: “De todos os impostos que pesam sobre um país nenhum é pior do que o imposto de sangue,

quando feito, por meio da violência e da vingança... Não há um só ponto da província onde o asilo do cidadão seja respeitado... (Jornal da Paraíba, 1867, apud Joffily 1874, p. 33).

O modo que encontraram para demonstrar sua insatisfação e lutar contra os desmandos foi encorpendo essa insurreição e agindo em diferentes espaços de diversas maneiras.

Os insurgentes chegavam às feiras e quebravam pesos e medidas do novo sistema métrico decimal. Destruíam arquivos de diversos órgãos, invadiram cidades e vilas em bandos que variavam de 60 a 600 homens. Muitas agitações começavam nas feiras por ocasião dos impostos cobrados sobre gêneros alimentícios.

O nome do movimento “Quebra-Quilos” tem origem exatamente no ato de destruir os instrumentos utilizados para medidas e segundo Monteiro (1987, p. 52-53):

A revolta do “Quebra-Quilos”, na crise porque passava a economia nordestina; o problema dos impostos e a nova lei do recrutamento serviam para acionar a sedição. A isto se acrescenta também os problemas de ordem política e religiosa (a oposição liberal ante um governo conservador e a prisão do Bispo D. Vital), que não só aproveitaram-se da crise econômica, como também ajudaram a exaltar os ânimos.

Diante disso, fica evidente que diversos foram os motivos que levaram a esse movimento de luta, tais como os grupos sociais que dele participaram.

Os insurgentes constituíam-se de grandes proprietários rurais, indivíduos de baixa condição econômica e social, políticos opositores ao governo conservador, membros do clero e oficiais da Guarda Nacional. Isolados e em menor número, participaram também negociantes, marchantes, os próprios arrematadores de impostos e inspetores. Portanto, também participaram diversos indivíduos e grupos sociais que de um modo ou de outro, sentiam-se prejudicados pelas arbitrariedades do governo.

Segundo Monteiro (1987), os principais atores do movimento foram os proprietários, membros do clero e da oposição e os proletários. Os proprietários chefiavam os descontentes e mostravam-se neutros e indiferentes as tentativas de punição aos sediciosos por parte das tropas do governo.

A ação dos proprietários mostrou que também tinham motivos para rebelar-se, uma vez que a crise econômica que assolava a região também os causava prejuízo.

A grande maioria de insurgentes era composta pelos proletários que agiram de forma mais enérgica na condução da insurreição diante da destruição dos pesos e medidas e invasão das vilas. O grupo era composto por diferentes classes sociais que já estavam cansados de não ter nada e cada vez mais subjugados e explorados sem esperança de algum dia poder melhorar sua vida.

Estes movimentos demonstraram a insatisfação do povo nordestino com o governo imperial e suas medidas que afetavam diretamente sua vida. Uma contestação ao regime. Era uma briga por questões sociais e econômicas, mas também e principalmente por questões políticas, pois tudo o que o governo conservador determinava despertava a ira e a vontade de lutar contra.

As tropas do governo combateram os “Quebra-Quilos” com extrema violência, perseguindo, prendendo e torturando muitas pessoas, inclusive inocentes. A esse respeito podemos citar:

[...] o Governo reagiu com brutalidade. Até canhões foram deslocados para o teatro dos acontecimentos. Tropa de linha chefiada por capitão Longuinho, saqueando engenhos e fazendas, prendeu e espancou à vontade. Esse oficial caracterizou-se pela utilização, contra os suspeitos, de colete de couro, instrumento de tortura que, molhado e costurado no tórax da vítima, comprimia-o, matando por asfixia e hemoptises, quando secava. Dirigentes liberais como o historiador Irenêo Joffily foram arrolados no inquérito. O governo também se voltou contra o padre Ibiapina cujas pregações pré-dispunham as massas rurais à desobediência. (Mello, p. 118-119).

Como podemos observar, diversas pessoas foram perseguidas por causa de sua participação (real ou provável) no movimento.

2.3 QUANDO AS MULHERES LUTARAM EM DEFESA DOS HOMENS

Outro ato ocorrido entre 1875-1876 também chamou bastante atenção, sobretudo porque foi a primeira vez na nossa história nordestina que se viu organizado por mulheres.

Denominada Guerra das Mulheres, a insurreição teve como causa principal a aplicação da Lei nº 2556, de 26 de setembro de 1874. A referida lei alterou a forma como se recrutava homens para o Exército e Armada. Se antes da lei a população não via o recrutamento com bons olhos, com a aplicação desta, organizou-se um movimento coletivo em várias províncias do Império (Monteiro, 1987, p. 73).

O recrutamento era mais uma imposição do governo imperial que oprimia a população nordestina, principalmente a mais pobre, pois se cobrou uma quantia extremamente elevada para aqueles que seriam recrutados e substitutos para aqueles que não quisessem ser recrutados.

A Lei 2.556 instituía juntas de alistamentos que tinha como membros o Juiz de Paz, a maior autoridade policial da região e o pároco da província. No primeiro ano em que vigorou, deveria arrolar homens casados e solteiros com idade entre 19 e 30 anos.

Assim que as juntas iniciaram os trabalhos, as mulheres com medo de ficarem sem seus maridos e filhos, invadiram igrejas e passaram a rasgar e destruir qualquer documento que facultasse o preceituado na nova lei, como assentos de batismos, especialmente. Atuando em várias províncias nordestinas, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, essas mulheres mostraram sua força e resistência às imposições do governo imperial.

É importante notar que as insurreições não foram totalmente caladas pelo governo. A ocorrência desses atentados em instalações de novas juntas de recrutamento, mesmo que esparsas, demonstrava que não aceitariam calados os desmandos do governo.

Rurais ou urbanas, as insurreições da segunda metade do século XIX demonstraram a força e o poder de um povo que estava cansado de ser explorado, de ser mal representado e de ver seus representantes membros do clero tidos como um exemplo, perseguidos, desacreditados e humilhados. Era preciso mostrar que estavam empenhados em desestabilizar o governo e lutar contra as diferentes mazelas que os impedia de crescer. Suas lutas mostraram que a desigualdade social e econômica seria combatida de qualquer maneira.

3. O CLERO LIBERAL E AS INSURREIÇÕES NA PARAÍBA

As insurreições podem ser classificadas como movimentos de luta que antecedem revoltas e têm como objetivo romper com o equilíbrio social. Entre esses conflitos ocorridos no Nordeste, citamos o Ronco da Abelha e o Quebra-Quilos. Ocorrendo em momentos distintos, esses conflitos contaram com a participação de vários grupos sociais e sacudiram diversas províncias nordestinas ao longo da segunda metade do século XIX, alcançando intensa representatividade na Paraíba.

Entre os grupos que participaram dessas insurreições, membros do clero católico tiveram uma participação expressiva em muitos momentos cruciais para o desenrolar dos acontecimentos. Agindo direta ou indiretamente, o clero ousou questionar a ordem estabelecida pelo poder imperial e mostrar também suas insatisfações perante o governo.

Cansados da cobrança de impostos pelo governo central e dos decretos que pretendiam recrutar a população mais pobre, os nordestinos organizaram diversas insurreições. Por meio destas, pretendiam lutar contra a ordem estabelecida e melhorar sua situação, haja vista suas condições de vida precárias. Assim, muitas vezes recorreram ao banditismo e ao fanatismo religioso para tentar solucionar seus problemas, já que não conseguiram por meios legais. Os conflitos aqui elencados representam esse desejo de lutar com unhas e dentes por aquilo que acreditavam, mas, sobretudo, para demonstrar que também tinham força e poder.

3.1 O CLERO E O RONCO DA ABELHA

Entre os anos de 1851 e 1852, cinco províncias nordestinas foram sacudidas por um conflito rebelde que contestava dois decretos estabelecidos pelo governo imperial: o Ronco da Abelha. Nesta sedição, embora a maioria dos participantes fosse composta por gente simples, a qual mais sofria os efeitos dos impostos cobrados pelo governo, a participação de outros grupos fez-se notar, tanto pelo governo, quanto pelos insurgentes. Segundo Mello (sd, p. 116): “Os sacerdotes começaram a pregar contra o registro civil, alcunhado “papel de satanás”, o que aumentou a tensão”. Desta feita, começam os sacerdotes a chamar a atenção dos sediciosos sobre as consequências dos decretos impostos pelo governo imperial.

Assim: “Alguns párocos, imaginando ou fantasiando prejuízos que da execução do decreto lhes devem resultar, consentem se não aprovam essas disposições hostis à lei...” (Monteiro, 1987, p. 41 apud Monteiro, 1980: 124). Pensavam que também perderiam com as

cobranças determinadas pelos decretos 797 e 798. Algumas participações foram sutis para evitar retaliações por parte do governo imperial.

Em contra partida, alguns padres atuaram ajudando o governo a conter os insurgentes, não os delatando ou entregando-os as autoridades governamentais, mas usando do discurso religioso para tentar demovê-los da participação no referido conflito. Foi o caso de Frei Caetano de Messina, que deveria desenvolver trabalhos nas comunidades, mantendo as pessoas ocupadas. Dessa forma, acreditava que não se envolveriam em confusões.

A esse respeito citemos Monteiro (1987, p. 43), que nos diz:

[...] foi mandado às localidades sublevadas o Frei Caetano de Messina, capuchino, para organizar “santas missões” e ver se, dessa forma, acalmavam-se os descontentes. Sua pregação seguia uma norma comum nos sermões desse tipo: lamentava o erro dos devotos, aconselhava o arrependimento e mostrava-se interessado no bem-estar deles, ao mesmo tempo em que os ameaçava com os piores castigos caso não ouvissem sua exortação; ou concordavam com ele ou seria derramado o “sangue dos filhos de Pau d’ Alho”.

Como se pode perceber, tanto o governo, quanto os insurgentes, poderiam contar com o apoio de membros do clero na tentativa de resolver ou enfrentar os conflitos.

A atuação do padre surtiu efeito, pois muitas pessoas desistiram de participar do conflito e seguiam para onde ele atuava. Estes tentavam conseguir a proteção do frei e fugir da perseguição imposta pelo governo aos insurgentes. Desse modo, citemos Monteiro (1987, p.43 apud Monteiro, 1980:126), que diz:

Os homens fabricando tijolos e telhas, conduzindo pedras, cortando madeiras (...) e as mulheres conduzindo areia, tijolos e telhas, andando todos no maior contentamento e alegria, como se cada um dia de tanto trabalho fosse para todos a melhor festa. Nessa missão recebi trinta e seis clavinotes para entregá-los a competente autoridade.

Como podemos observar, os membros do clero tinham um forte apelo junto ao povo, pois exerciam sobre este grande influência e eram capazes de fazê-los decidir qual caminho deveriam seguir.

3.2 O CLERO E QUEBRA-QUILOS

O “Quebra-Quilos” foi a insurreição Nordestina que contou com maior número de religiosos importantes em sua atuação, sendo inclusive defendidos pelos mesmos. Talvez por este motivo exista certa ambiguidade na historiografia no que se refere ao conflito e participação de membros do clero. Em alguns momentos, defende-se que a sedição teria se

originado a partir da crise político-religiosa. Em outros, aponta-se a situação política e econômica da região como fator determinante para o seu surgimento. Segundo Maior (1978, p. 28):

A hipótese da participação de jesuítas no conflito fora logo aventada, baseada, aparentemente, na circunstância de não terem os sediciosos líderes ostensivos. Consequentemente seria o movimento uma “conspiração tomada nas trevas” e extremamente ramificado.

A ideia inicial de que os padres seriam os idealizadores do conflito está assentada nas pregações e sermões de alguns clérigos que criticavam com veemência o governo imperial. Segundo Mello (p.119):

O governo também voltou-se contra o padre Ibiapina cujas pregações predispunham as massas rurais a desobediência. Daí proveio o entendimento de que os Quebra-Quilos tiveram origem em questão religiosa que culminara com a prisão dos bispos dom Vital e dom Macedo da Costa, nesse mesmo ano.

A prisão dos bispos Vital, de Pernambuco e Macedo da Costa, do Pará, agravou a crise entre a Igreja e o governo imperial e foi usada como pano de fundo para o estopim da revolta. Na tentativa de evitar assumir os fracassos econômicos que o Nordeste enfrentava causados por sua má administração, o governo imperial distorceu os fatos; segundo Monteiro (1987), enquanto mostrava-se os clérigos como responsáveis pelas sedições, esperava-se ser reconhecido como fiel representante da independência e nacionalidade. Ambas ofendidas pelos revoltosos.

Entretanto, é importante notar que também neste conflito, membros do clero lutaram em favor do governo, assim como ocorreu no “Ronco da abelha”. O apoio era sempre na tentativa de evitar que os revoltosos continuassem com seus planos de luta. A esse respeito podemos citar:

Os padres capuchinos, como sempre, colaboraram, realizando suas “santas missões” e indo ao encontro dos revoltosos para tentar demove-los dos seus intentos. Entre outros, colaboraram o Frei Venâncio, que atuou na região de Itambé e cuja participação mereceu um elogio do Ministro da Justiça, no relatório de 01/05/1875, o Frei Jose que atuou na região do Bom Conselho e Frei Fidelis Maria Fogmano que agiu na região de Pannels. Mas também essa atuação não deu os resultados esperados, pois as participações que vinham do interior frequentemente noticiavam que suas exortações não eram atendidas. (MONTEIRO, 1987, p. 70).

A diferença entre esses representantes do clero no que concerne a atuar junto ao governo aos revoltosos pode ser explicada tanto pelas transformações que a Igreja vinha sofrendo desde o século XIV, quanto pelo contexto social em que o clero estava envolvido.

A esse respeito podemos citar Souza (2013, p. 54), que diz:

Havia dificuldade em harmonizar a igreja conservadora a uma sociedade que buscava o progresso nos moldes da modernidade. O que se defendia era que a religião deveria deixar a esfera pública e transferir-se para a esfera privada, permitindo ao indivíduo a possibilidade de escolha, e não mais a imposição.

Podemos considerar que enquanto alguns se sentiam mais próximos ao povo sendo movidos por ideais liberais e de renovação da instituição, outros se mostravam ainda defensores da aliança entre o governo e a Igreja bem como suas tradições. Os capuchinos se encaixam nesse perfil.

O padre-mestre Ibiapina é um grande exemplo de religioso a qual esteve conectado com essas novas ideias. Ele mostrava-se mais preocupado em lutar contra as injustiças sociais que em ensinar as pessoas a obedecerem cegamente as ordens da Igreja. Segundo Mello (p. 114), ele “pode ser considerado precursor da Igreja da Teologia da Libertação. Sempre próximo ao povo, mobilizava-o para realizações de caráter comunitário pelos sertões do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco”. Por esse motivo sua atuação foi tão importante junto aos sediciosos.

Embora a crise entre o governo e a Igreja tenha desencadeado a participação de clérigos no movimento, não se pode tirar do povo nordestino a capacidade de se indignar com o governo imperial, pois os problemas que ambos os lados vinham enfrentando servem de justificativa para essa dissidência. As péssimas condições de vida que enfrentavam lhe davam base para a revolta. Como causas para a deflagração da revolta citemos:

[...], o avanço do capitalismo, a serviço do qual se estruturava o Sistema Métrico Decimal. Centralização do Império e incapacidade de promover reformas. Carga fiscal que sobrevinha no rastro da exaustão das finanças públicas. “Vampiros” ou atravessadores que extraíam lucros do trabalho dos arrendatários da terra. E, enfim, contra a maçonaria que, através de gabinetes com o do Visconde do Rio Branco, no poder de 1871 a 1875, simbolizava estrutura político-social responsável por tudo que inquietava os humildes – escravidão, recenseamento, impostos e recrutamento. (MELLO, p.119)

Podemos perceber que os motivos dos sediciosos para se envolverem na luta contra o governo iam muito além da briga entre este e os membros do clero. O que não significa dizer que a causa dos padres não interessava ao povo, mas que suas agruras eram muito maiores e sem previsão de mudanças. O apoio do clero se deu na conscientização em sentido de mostrar aos insurgentes suas reais condições de vida, a busca por sua dignidade e coisas pelas quais deveriam lutar ao passo em que chamavam atenção também para sua situação.

Monteiro, (1987, p. 58) aponta que:

Outro ponto que não devemos esquecer é o trabalho de conscientização levado a efeito por grupos políticos e religiosos que tiveram sua primeira expressão na “Praieira” e na revolta de 1851-52; nesses movimentos, os trabalhadores rurais chegaram mesmo a ignorar os laços afetivos e de submissão, atacando as próprias fazendas, como demonstramos anteriormente.

O autor continua:

A atuação dos padres e seus agentes, pelo que a documentação deixa perceber, foi de conscientização da população mais pobre, alertando-a para as profundas injustiças sociais que era alvo, agora aprofundadas com as instigações contra o Estado “algoz de bispo”. (MONTEIRO, 1978, p. 62).

Desta feita, podemos concluir que o “Quebra-Quilos” desencadeou-se a partir do inconformismo popular diante dos abusivos impostos cobrados pelo governo. Assolados por crises econômicas advindas de dificuldades nas produções agrícolas e também dificuldades sociais, não suportavam mais o descaso do governo imperial e a falta de expectativas quanto a uma mudança de vida.

Nesta sedição, muitos religiosos se envolveram nos conflitos, entretanto os que mais se destacaram foram: Ibiapina, o vigário Calixto da Nóbrega, de Campina Grande e o bispo D. Vital, que foi perseguido e preso por seu apoio aos rebeldes enquanto Ibiapina foi acusado de ser o articulador do “Quebra-Quilos”.

“Em Alagoa Grande, os pesos foram atirados numa lagoa e os arquivos da Câmara e papéis dos cartórios incendiados. Em Campina Grande, registrou-se difusa ligação do movimento com escravos da Fazenda Timbaúba: o padre Calixto da Nobrega entrou em cena o que lhe valeu posterior indiciamento pelos encarregados da apuração dos fatos”. (MELLO, p.118)

Por estarem muito próximos à comunidade, os clérigos desenvolveram um forte trabalho comunitário junto ao povo e insuflava-o a desobedecer as ordens estabelecidas pelo governo central. Isso denota o motivo de serem perseguidos e apontados pelo governo como líderes do movimento. De acordo com Mello, p. 114:

Numa época de romanização da Igreja, isto é rígida disciplina da Santa Sé, então ligada ao Estado, as atividades de sacerdotes como Ibiapina e o vigário Calixto da Nóbrega, de Campina Grande, inquietaram as autoridades. Estas os consideraram comprometidos com movimentos populares como Quebra-Quilos.

Com esta base, consideramos que os laços que ligavam o Estado brasileiro a Igreja Católica estavam cada vez mais soltos. Apoiar os sediciosos era mostrar ao governo insatisfação perante a forma como essas alianças estavam sendo conduzidas e foi uma afronta ao poder imperial que estava cada vez mais distante do clero católico e da comunidade nordestina como um todo. Segundo MONTEIRO (1987, p.59):

O clero participou da revolta do “Quebra-quilos” e foi um dos mais punidos. Os padres foram apontados como instigadores; alguns, como o vigário Calisto Correia da Nóbrega, de Campina Grande, na Paraíba, e o padre Manuel de Jesus, de Granito, em Pernambuco, foram acusados de serem “cabeças” de sedição; outros, como os jesuítas estrangeiros Mario Arcioni, João Batista Royberti, Felipe Sottovia, Luis Cappuci, Vicente Mazzi, João Berti, Antonio Aragnetti e Onoratti, foram expulsos do império.

A represália do governo frente à atuação do clero leva-nos a compreender a dimensão que esta participação assumia tanto para os rebeldes envolvidos no conflito, quanto para o próprio poder imperial.

Em ofício de 25 de dezembro de 1874, o juiz Municipal de Granito (Pernambuco) acusava o Padre Manuel de Jesus, da paróquia local, de incutir “no espírito do povo rude e ignorante ideias perigosas e subversivas da ordem social”. Referindo-se ao mesmo vigário, diz o comandante do destacamento policial de Granito que “não satisfeito com sua jesuítica doutrina, na Igreja, domingo, 19 do corrente (dezembro), NA FEIRA DESTA VILA, PROFERIU PALAVRAS INSTIGANTES AO POVO PARA NÃO SE SUJEITAR A IMPOSIÇÕES COM REFERÊNCIA A ATACAR GÊNEROS ANTES DA HORA MARCADA PELAS POSTURAS DA RESPECTIVA CÂMARA. (MONTEIRO, 1987, p.61).

Em um território longe dos olhos da autoridade política (imperador), a atuação do clero demonstrou seu poder e autonomia frente aquela sociedade. Esses religiosos tinham a admiração e o profundo respeito de muitos fiéis e suas famílias. Além disso, interferiam nos negócios da justiça, criando muitas vezes, outra legislação.

O papel desempenhado pelos padres jesuítas é outro ponto delicado. Usaram o púlpito, escreveram artigos nos jornais e falaram, nas “missões”, contra o Estado. Como funcionários públicos e religiosos, ao mesmo tempo, estavam em situação difícil: defendendo o Bispo D. Vital, colocavam-se contra o governo imperial a quem deviam obediência, não ficando a seu lado, colocar-se-iam numa posição de rebeldia ante seu pastor. Podemos dizer que ficaram do lado de sua consciência e por isso incorreram nas “iras” do Estado. (MONTEIRO, 1978, p. 60).

Portanto, vê-se que o clero também teve de enfrentar seus conflitos internos sobre qual partido tomarem relação aos conflitos. Entretanto, colocá-los como líderes dos mesmos

retirava do governo a responsabilidade pela conjuntura política, econômica e social que contribuíram para essas sedições.

Sem mais tanta influência nos assuntos estatais, os membros do clero mudaram seu comportamento, o que os faziam parecer pessoas comuns das comunidades. Assim, aliaram-se às atividades pastoris e intelectuais para atuar politicamente. Adotaram costumes sociais como participações em festas profanas, amaciando-se e criando filhos, abandonando o hábito sacerdotal. Desse modo, tornaram-se mais aptos a transformarem-se em líderes populares haja vista a admiração que despertavam, construindo assim, uma identidade cotidiana que representava muitas vezes, a imagem e interesses da comunidade, pois estes lidavam com as mesmas necessidades e problemas da população.

Muitos padres, diante destas colocações, apoiaram pessoas em muitas ações distintas daquelas impostas pela religião e das ordens vindas de Roma, pois estes também eram influenciados por diferentes ideais e contextos socioculturais dissonantes dos defendidos pela hierarquia católica.

Desta feita, é possível perceber, a presença de dois tipos de catolicismo: o oficial e o popular. Sobre isso, temos:

Uma divisão nítida entre uma religião do povo, do mundo leigo, com profunda vinculação familiar com os oratórios domésticos, o culto familiar, a devoção de santos populares, a capelinha rural e as organizações leigas de irmandades e ordens terciárias. Dominam o gosto pelas exterioridades, pelas festas, romarias, imagens e igrejas. (Marcílio, 1996: p. 109; Apud Kitagawa, 2013, p. 5).

A expressividade do catolicismo popular demonstra a atuação junto as massas. Isto é resultado da ação de um grupo que se sentia esquecido pelo governo e que queria mostrar poder remanescente, visto que adotaram uma estratégia para cada grupo social com quem pretendiam atuar.

É bem verdade que a Igreja Católica lucrou muito durante sua aliança com a coroa portuguesa em suas vindas para estas terras, mas isto também mudou quando foi preciso se adequar aos diversos interesses que estavam arraigados nesta aliança.

Alves (1979) nos mostra que essa adequação fortaleceu e democratizou a própria instituição. As mudanças não se limitaram ao seu modo de atuação, mas estavam presentes em seu discurso ideológico que acompanhou as mudanças organizativas e acrescentou poder a Igreja baseados na relevância do reconhecimento ideológico popular. Isso não foi por acaso. Constituiu-se numa tentativa de não perecer frente ao surgimento de novas expressões

religiosas e de não sucumbir diante de novas formas de pensar e agir do homem moderno. Essas transformações funcionaram como parte de sua estratégia ofensiva e de proselitismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos evidenciar ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a Igreja Católica foi de suma importância para a formação do Brasil em questões estruturais e administrativas. Desta influência, estabeleceu-se o regime do padroado, sendo o período inicial marcado pela união entre a Igreja e o Estado.

A sociedade brasileira do século XIX passou por diversas transformações e conseqüentemente, a Igreja também sofreu modificações. A separação entre a mesma e o Estado ocasionou a perda de poder econômico e espiritual na sociedade.

Analisando as diversas fontes historiográficas, podemos perceber que os padres mantiveram uma participação ativa junto ao povo em diversas questões das esferas sociais.

Vimos que devido às graves crises econômicas e a seca sofrida no Nordeste durante o século XIX, o povo pedia sob o comando dos grandes latifundiários de terra e o Estado. Assim, os problemas socioeconômicos vividos no Nordeste Oitocentista e período inicial de formação da região ocasionaram tremenda insatisfação popular e o surgimento dos movimentos sociais os quais na Quebra-Quilos, Ronco da Abelha e Guerra das Mulheres buscou-se a quebra de valores e intervenções estatais.

Em meio a esse cenário, os padres, vistos muitas vezes como pessoas simples e humanitárias preocupados com os dilemas e problemas pelos quais a sociedade passava, tornaram-se cada vez mais próximos da população, mas sua atuação foi muito controversa.

Por fim, podemos considerar a atuação da Igreja Católica no Nordeste Oitocentista como miscigenada. Os religiosos encontraram-se divididos entre os que incitavam e lideravam as revoltas populares tomando partido revolucionário, mas sem necessariamente descartar seus princípios espirituais, confortando a população. Em contrapartida, outra parte dos padres fez uso de sua influência popular a serviço da Igreja, acalmando os revoltos, buscando passividade. Todavia, a separação da Igreja e Estado provocou a perda de poderes dos religiosos, os quais alteraram seu comportamento para adquirir influência e voz junto ao povo. Destacamos também que a atuação da Igreja não foi homogênea, baseada em interesses estatais já evidenciados nesta pesquisa. Portanto, apesar de heterogênea, a atuação do clero no Nordeste Oitocentista foi fundamental para a formação de identidade cultural e econômica na região e muitos destes valores perduram na contemporaneidade.

Pesquisar a respeito da formação histórico-religiosa do Nordeste, bem como suas intervenções sociais, nos leva a considerar como o processo imperialista se constituiu numa

constante exploração da grande massa populacional e a eterna luta contra o descaso por parte do Estado.

A influência da Igreja Católica, embora menor do que outrora e dissolvida entre diversas outras religiões, transitou entre a religiosidade e a política, muitas vezes abandonou seu ideal original para assumir um papel mais influenciador em outras esferas sociais. Se aproveitando do distanciamento entre as autoridades e o povo, ela assumiu novos papéis em que se permite manipular a população que muitas vezes foi a favor de seus interesses particulares.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Otávio; BURITI, Catarina de Oliveira. **Meio Ambiente e Cultura nas Capitâneas do Nordeste Colonial: Nacionalismo e Reformismo Ilustrado na Obra do Naturalista Viajante Manuel Arruda da Câmara (1793-1814)**. São Paulo, 28 (1): 2009. <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/13.pdf> Acessado em: março de 2018.

ALVES, M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ALVES, Solange Mouzinho. **ECONOMIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NA PARAÍBA OITOCENTISTA (1800-1850)**. UFCG. JOÃO PESSOA/PB, 2015 http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Solange%20Mouzinho%20Alves%20TC.PDF Acessado em: março de 2018.

FERNANDES, S. O papel social dos seminaristas e do clero na modernização da Igreja Católica e do país. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, ano 2, n. 28, p. 210-220, 2008.

GUIMEIRO, F. As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil: Colônia e Império. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, PR, ano 1, n. 46, p. 63-78, 2013.

JOFFYLI, G. **O Quebra Quilo. A Revolta dos matutos contra os doutores**. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1977.

KITAGAWA, S. T. L. **O contexto religioso cristão do Brasil no século XIX: notas para um debate historiográfico**. Natal, 2013. 12p. Graduação (Mestrado em História Social). Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MAIOR, A. **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

MELLO, J. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 12. ed. João Pessoa: A União, 2011.

MONTEIRO, H. **Nordeste insurgente (1850 – 1890)**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, A. R. C. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n 63, p. 119-142, 2012.

SOUZA, M. S. A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d' O Novo Mundo (1870-1879). **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 48-62, 2013.